

08 NOV 2014

por **Vicente Nunes /** vicentenunes.df@dabr.com.br

# O ceticismo voltou

**S**e a presidente Dilma Rousseff pretendeu, com suas recentes entrevistas, consolidar a imagem de que o segundo mandato dela será bem mais responsável do ponto de vista fiscal e de combate à inflação, o resultado pode ficar aquém do esperado. Depois de destrinchar cada declaração da petista, analistas de mercado e integrantes das agências de classificação de risco se despiram do otimismo com o qual vinham se alimentando nos últimos dias e já não veem perspectivas concretas de mudança efetiva na política econômica quando 2015 chegar.

O ceticismo cresceu, sobretudo, depois de a presidente reeleita dizer que o ajuste a ser feito na economia será leve, de forma a preservar os empregos. Trata-se de um discurso muito parecido com o da campanha. Na disputa por mais quatro anos no Palácio do Planalto, ela evitou usar a palavra ajuste, para deixar colada entre os adversários a pecha de que eles fariam as maldades com os eleitores se chegasse ao poder. "Num primeiro momento, logo depois das eleições, o mercado resolveu dar um voto de confiança a Dilma. Isso perdurou até ontem. Tudo o que ela diz está parecendo mais propaganda do que vontade efetiva de fazer o que precisa ser feito para arrumar a economia", diz um executivo de um banco estrangeiro.

Não por acaso, os investidores voltaram a botar no radar a possibilidade de o país ser rebaixado pelas agências de riscos ainda no primeiro semestre do próximo ano.

Essa percepção está mais forte, sobretudo, entre os economistas que, nesta semana, participaram de rodadas de encontros com representantes das agências de risco. A visão mais crítica em relação ao governo vem da Standard & Poor's (S&P), que admitiu que poderá tirar o grau de investimentos do Brasil sem mesmo fazer um aviso prévio. O argumento é de que Dilma, se mudar, não fará nada de fôlego para reverter a piora expressiva dos indicadores fiscais do país.

Outro argumento para pôr sob suspeição o empenho do governo para fazer o "dever de casa" se baseia na fragilidade da base de apoio da presidente no Congresso. Boa parte das propostas apresentadas por ela e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o intuito de

adoçar a boca dos agentes econômicos — reformas do seguro-desemprego, do abono salarial e das pensões por morte — precisam do apoio do Legislativo. E esse apoio não sairá barato. Provavelmente, custará muitos cargos em estatais, agências reguladoras e fundos de pensão, alvos fáceis para a corrupção.

Ao começarem a se dar conta de que 2015 combinará inflação alta, racionamento de água e de energia, crescimento medíocre, desemprego em alta e muitas prisões de parlamentares que ajudaram a surrupiar pelo menos R\$ 10 bilhões da Petrobras, os investimentos produtivos de que o país tanto precisa para deslanchar continuarão travados. Esse quadro sombrio tende a se agravar diante do tamanho da decepção que Dilma provocar nos agentes econômicos.

## Dívida pode ir a 65% do PIB

Nos encontros com representantes das agências de risco, os economistas viram dados alarmantes. Mesmo que o governo consiga fazer superávit primário de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano para pagar juros, a dívida bruta continuará subindo. É possível que já ao fim de 2016, atinja 65% do PIB.

Em 2011, quando Dilma tomou posse para o primeiro mandato, essa relação era de 53%. A dívida cresceu na mesma proporção que o governo passou a usar truques contábeis, a injetar recursos nos bancos públicos e a gastar sem constrangimento para tentar tirar o PIB do atoleiro.